

Sobre a crítica de Böhm-Bawerk à Teoria do Valor Trabalho de Marx

Texto para discussão.

Marcos Barbosa de Oliveira
Universidade de São Paulo
mbdolive@usp.br

A motivação para a escrita deste texto veio do plano de fazer uma leitura não dogmática dos textos de Marx: não tomar *O Capital* como uma Bíblia, não pressupor que Marx sempre tem razão. Em outras palavras, dedicar o tempo necessário à discussão das críticas, tanto as oriundas da própria leitura, quanto as constantes na literatura. Nesse espírito, pareceu-me importante tratar da crítica historicamente mais marcante, e mais intensamente discutida, da Teoria do Valor Trabalho de Marx, a saber, a de Eugen Böhm-Bawerk, exposta no livro *Sobre a conclusão do sistema marxiano*, publicado em 1896.¹ O objetivo do texto é servir de introdução a um debate sobre as teses de Böhm-Bawerk.

O pano de fundo de sua crítica mais importante é o seguinte. No vol. I d'*O Capital*, Marx reconhece a existência de uma contradição, pelo menos aparente, em sua teoria, prometendo demonstrar, num futuro volume de sua obra, que ela é de fato apenas aparente. O vol. I d'*O Capital* foi publicado, como se sabe, em 1867; a prometida superação da dificuldade só foi dada a público 27 anos depois, com a publicação do vol. III, editado por Engels, em 1894. O livro de Böhm-Bawerk tem a natureza de uma resenha do vol. III, com foco na Teoria do Valor Trabalho, e seu objetivo principal é provar que Marx falhou na tentativa de salvar sua teoria da contradição.

Böhm-Bawerk (1851-1914) foi um economista austríaco, um dos principais representantes da chamada Escola Austríaca na Economia, fundada por Carl Menger (1840-1921). Essa Escola constitui uma das vertentes da tradição mais ampla, conhecida

1. *Zum Abschluss des Marxschen Systems*. A fonte das citações a seguir – indicada pela abreviação *B-B* – é a tradução para o inglês contida num volume editado por Paul Sweezy, publicado em 1949. Além do texto de Böhm-Bawerk, o volume traz uma introdução do editor, um artigo de Rudolf Hilferding em defesa de Marx e, no apêndice, um artigo de Ladislaus von Bortkiewicz. Em inglês, o livro de Böhm-Bawerk foi publicado pela primeira vez em 1898, com o título 'Karl Marx and the close of his system', que Sweezy considera inadequado, mas decide manter, levando em conta que já estava bem estabelecido. De acordo com Sweezy, o título alemão significa simplesmente 'On the conclusion of the Marxian system'. Sobre o impacto do livro, diz Sweezy que sua publicação "foi um sucesso imediato e logo tornou-se o que quase pode ser chamado a resposta oficial dos economistas a Marx e à escola marxiana." (p. ix)

como *neoclássica*, iniciada na mesma época – a década de 1870 – de forma mais ou menos independente na Áustria, por Menger; na Inglaterra, por Jevons (1835-1882), e na França por Walras (1834-1910). Uma das diferenças centrais entre as duas tradições é a que diz respeito ao conceito de valor: na tradição marxista ele é caracterizado por meio da Teoria do Valor Trabalho, na marginalista pela Teoria do Valor Utilidade, mais conhecida como Teoria Subjetiva do Valor. As refutações das críticas de Böhm-Bawerk elaboradas por marxistas, como a de Hilferding, consistem em parte não em defesas das ideias de Marx, mas em objeções à teoria marginalista do valor.² Tais objeções seriam relevantes se as críticas se baseassem na Teoria Subjetiva. Mas não é isso que acontece. As críticas de Böhm-Bawerk (ou pelo menos as que serão expostas a seguir) referem-se todas, como veremos, a falhas lógicas no pensamento de Marx, das quais muitas resultam em contradições. Trata-se portanto de críticas *internas* à teoria marxiana, que dispensam a consideração de teorias alternativas. *Sendo assim, concordar com as críticas de Böhm-Bawerk não pressupõe ou implica aceitar a Teoria Subjetiva do Valor.*

Além da crítica dirigida a passagens do vol. III d’*O Capital* que visam demonstrar ser aparente a contradição reconhecida no vol. I, há no livro de Böhm-Bawerk uma outra crítica, a nosso ver menos contundente, dirigida não propriamente à Teoria marxiana do Valor Trabalho, mas à forma como seus fundamentos são estabelecidos no primeiro capítulo do vol. I. No livro, essa segunda crítica é exposta depois da primeira. Invertendo a ordem, vamos tratar primeiro da segunda.

A teoria marxista parte de uma análise da mercadoria, enquanto a “forma elementar”, a *celula mater* do modo de produção capitalista. A primeira característica atribuída a uma mercadoria é a de que ela deve ter alguma utilidade, que por suas propriedades satisfaça alguma necessidade humana, isto é, que tenha, ou seja, um *valor de uso*.³

2. Na mesma linha, o próprio Paul Sweezy, em sua introdução, referindo-se à crítica de Böhm-Bawerk, afirma: “É particularmente importante reconhecer que não se trata de um ataque pessoal a Marx. Nem é simplesmente a dissecação feita por um teórico da obra de outro, embora esse fosse sem dúvida o objetivo de Böhm-Bawerk. Em vez disso, é uma exposição sistemática da razão pela qual a teoria subjetiva do valor, a “nova economia” de meio século atrás, rejeitou totalmente o sistema marxiano.” (p. xiv)

3. No sentido de algo que norteia as decisões de uma pessoa na condução de sua vida, a honestidade, a felicidade, etc., *são* valores. No sentido econômico, por outro lado, não dizemos que algo *é* um valor, mas que *tem* um valor. Em relação a um quadro valioso, p. ex., o normal é

Além do valor de uso, uma mercadoria tem também um *valor de troca*. Fazer essa afirmação pressupõe atribuir a uma mercadoria uma segunda característica, a de poder ser trocada por outras mercadorias, a de se realizar na troca. A análise da mercadoria se desdobra assim na análise da troca. Marx parte da ideia aristotélica de que “a troca não pode-se dar sem a igualdade, mas a igualdade não pode-se dar sem a comensurabilidade” (*O Capital*, vol. I (daqui por diante, *OC I*) p. 135) Para serem comensuráveis, as mercadorias trocadas precisam ter algo em comum, presente em igual quantidade em cada uma delas. Mas em que consiste, ou, qual é a substância desse algo comum. Segundo Marx:

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias.

...

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferentes qualidades; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. (*OC I*, p. 115-116)

Entretanto, assim como as mercadorias têm qualidades, que as dotam de valor de uso, o trabalho também tem qualidades, que diferenciam seus vários tipos – o trabalho do carpinteiro, do pedreiro, etc. Para adaptá-lo ao caráter puramente quantitativo do valor de troca, essas qualidades são abstraídas, dando origem ao conceito de *trabalho abstrato*. A única propriedade comum a todas as mercadorias, que constitui o substrato do valor de troca, não é simplesmente o trabalho, mas o trabalho abstrato.⁴

A parte mais importante da crítica de Böhm-Bawerk consiste em duas objeções. A peça-chave da primeira é a pergunta: por que não aplicar o mesmo procedimento ao valor de uso? Por que não o abstrair das qualidades próprias de cada uma de suas

dizer que *tem* um grande valor, não que *é* um grande valor. Em Marx, entretanto, a construção predominante é a que emprega o verbo ‘ser’; para ele, p. ex., uma cadeira *é* um valor de uso.

4. “Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.” (*OC I*, p. 116)

formas, introduzindo o conceito de *valor de uso abstrato*, também de natureza puramente quantitativa? Marx não oferece resposta alguma a essa pergunta, não justifica a adoção da tese, implicitamente pressuposta, da impossibilidade do valor de uso abstrato, sem a qual o argumento carece de validade. *Ser produto do trabalho abstrato não é, portanto, o único atributo que as mercadorias têm em comum.*

A objeção de Böhm-Bawerk é na verdade mais geral. A respeito do argumento por exclusão usado por Marx, Böhm-Bawerk pondera que ele só seria válido se contivesse a consideração exaustiva de todos os possíveis candidatos a atributo comum das mercadorias. Sendo tal tarefa muito difícil, se não impossível, o argumento não se sustenta. Mais concretamente, Böhm-Bawerk menciona, além de ter valor de uso, vários outros atributos que deveriam ser justificadamente excluídos para que o argumento fosse válido. Em suas palavras,

Não é a propriedade de ser escasso em proporção à demanda também comum a todos os bens trocáveis? Ou a de que eles são objeto de oferta e demanda? Ou a de que são apropriados? Ou que são produtos naturais? Pois o fato de que são produtos da natureza, assim como são produtos do trabalho, ninguém afirma mais claramente que o próprio Marx, quando declara numa passagem que “mercadorias são combinações de dois elementos, a matéria natural e o trabalho”. (*B-B*, p. 75; citação Marx *OC I*, p. 120)

A segunda objeção de Böhm-Bawerk de certo ponto de vista é a mais radical. Sua implicação é a de que ser produto do trabalho, longe de ser o único, nem ao menos é um atributo comum a todas as mercadorias. A terra, e os outros dons da natureza – na terminologia de hoje, os recursos naturais – são mercadoria, mas não produtos do trabalho. (No que se segue, vou me referir apenas à terra, porém com as devidas adaptações o argumento vale para todos os recursos naturais.) A terra tem valor de uso, é comprada e vendida, ou seja, é objeto de troca; tem portanto valor de troca. No nível mais concreto, tem preço de mercado; enfim compartilha com as outras mercadorias todo um conjunto de atributos característicos. Para expressar a identidade de duas mercadorias que são objeto de troca, Marx vale-se de equações como “1 *quarter* de trigo = a quintais de ferro” (*OC I*, p. 115). Qual seria o problema com uma equação do tipo 5 hectares de terra = 100 toneladas de soja? (*B-B*, p. 70, nota 1)

Uma réplica à objeção tal como exposta até aqui pode ser a de que de acordo com a concepção marxiana de mercadoria, a terra e os outros dons da natureza não são

mercadoria. Um dos problemas com essa consideração é a de que ela contradiz a famosa sentença de abertura d'*O Capital*: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias ...” Como diz Böhm-Bawerk, “Essa proposição é bem errada se usarmos o termo ‘mercadoria’ para designar produtos do trabalho, que é o sentido que Marx depois lhe atribui. Pois os dons da natureza, inclusive a terra, constituem um elemento de maneira alguma insignificante, mas pelo contrário muito importante da riqueza nacional.” (B-B, p. 71-2)

Outro problema é como justificar a negação do caráter de mercadoria da terra. Dizer que a terra não é mercadoria por não ser produto do trabalho envolve claramente uma circularidade logicamente inaceitável. O raciocínio de Marx incorre nessa circularidade quando afirma:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta, etc. (OC I, p. 118)

Essa afirmação ocorre no último parágrafo da primeira seção do capítulo em pauta, posteriormente ao argumento por exclusão já discutido. Como ela constitui um pressuposto sem o qual o argumento carece de validade, deveria naturalmente ser explicitada antes. Por que Marx não procede dessa forma? Segundo Böhm-Bawerk, porque assim ficaria evidente o caráter falacioso do argumento, que ele demonstra, dentre outras maneiras, por meio de um contra-exemplo (no sentido de um argumento de mesma forma lógica, e claramente inválido).

É como se um filósofo da natureza, buscando descobrir uma propriedade comum a todos os corpos – o peso, p. ex. – examinasse as propriedades de um único grupo de corpos – corpos transparentes, p. ex. –, e depois de passar em revista todas as propriedades comuns aos corpos transparentes declarasse que a transparência deve ser a causa do peso, apenas por poder demonstrar que ele não poderia ser causado por qualquer uma das outras propriedades. (B-B, p. 70-1)

A exclusão da terra da categoria das mercadorias é tanto mais problemática quanto é grande sua importância na economia capitalista, tanto nos dias de hoje quanto historicamente. Em seu clássico *A Grande Transformação*, Karl Polanyi identifica três fatores cruciais no advento do capitalismo, a saber a mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro – entendendo por mercantilização o processo em que uma categoria de bens passa a funcionar como mercadoria. No caso da terra, uma faceta primordial do processo foi o cercamento das terras comunitárias (em inglês, *the enclosure of the*

commons), exposto e analisado também por Marx no capítulo da acumulação primitiva do vol. I d'*O Capital*.

No esquema conceitual de Polanyi, entretanto, para ser mercadoria genuína, um bem deve ter sido produzido para ser trocado. Como o trabalho, a terra e o dinheiro não têm essa característica, são conceituadas como *mercadorias fictícias*. À primeira vista, essa concepção parece compartilhar o espírito da posição de Marx, ao negar à terra o caráter de mercadoria. Assim, pode-se pensar em apoiar a posição de Marx com base na de Polanyi, alegando que a terra é uma mercadoria fictícia, uma não-mercadoria. A manobra entretanto não dá resultado, uma vez que para Polanyi o trabalho também é uma mercadoria fictícia. Se por essa razão lhe for negado o caráter de mercadoria, isso seria óbvia e absolutamente desastroso para a teoria marxiana do capitalismo.

Com isso, completa-se a primeira parte desta exposição, que versou sobre a crítica de Böhm-Bawerk à maneira como Marx estabelece os fundamentos de sua teoria no primeiro capítulo do vol. I d'*O Capital*. Ao anunciar esse tema, afirmei que a crítica em pauta é menos contundente do que a exposta a seguir, na segunda parte.

Tal juízo apoia-se numa possível interpretação acerca da natureza epistemológica da linha de pensamento desenvolvida por Marx ao estabelecer os fundamentos de sua teoria. A sugestão é a de que esse processo pode ser entendido como a construção de um *modelo abstrato*, associado à tese de que em tais construções, o autor deve expor a estrutura, as articulações entre os elementos, mas não precisa justificar a introdução de cada um, com base em dados da realidade concreta para cujo entendimento o modelo pretende contribuir. Modelos matemáticos e lógicos podem ter um valor intrínseco, independente de qualquer aplicação à realidade. Esse não é, certamente, o caso do modelo marxiano. Na medida em que se propõe como um recurso para o entendimento do capitalismo, o modelo precisa se transformar numa teoria, estabelecendo, em algum momento, conexões com os dados empíricos.

Essa interpretação permite que se coloque entre parênteses o tipo de crítica já discutido, e que se acompanhe, no mesmo espírito, os passos seguintes na construção do modelo, reservando juízos de valor sobre a fecundidade, e o poder explicativo do modelo, quando de sua confrontação com a realidade. Situa-se nesse terreno a outra crítica de Böhm-Bawerk que, como dissemos, diz respeito a uma contradição presente no vol. I d'*O Capital*, cuja existência era reconhecida por Marx, e que no vol. III ele se propôs a mostrar que era apenas aparente.

Para explicar qual é tal contradição, convém recapitular, ainda que de maneira muito simplificada e sumária, o desenvolvimento do modelo marxiano, a partir do ponto onde havíamos chegado, a saber, essencialmente o momento em que se coloca a pergunta sobre o algo comum a todas as mercadorias. Esse algo comum não é um atributo qualquer, mas um atributo passível de ser quantificado, para desse modo poder funcionar como substrato do valor de troca. O trabalho satisfaz esse requisito. Nas palavras de Marx:

Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade da “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia, etc.

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, maior será o valor de sua mercadoria, pois ele necessitará de mais tempo para produzi-la. (*OC I*, p. 116-7)

Para superar essa dificuldade, Marx estipula que, para cada mercadoria, o que determina seu valor não é o tempo concretamente gasto em sua produção, mas o tempo de *trabalho socialmente necessário*, definido como “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (*OC I*, p. 117)

Nesses termos, fica estabelecida a famosa *Lei do Valor*, segundo a qual as mercadorias são trocadas em proporção ao seu valor, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário usado em sua produção. Ela traz em si a ideia, que merece ser explicitada, de que o trabalho é a *única* fonte de valor.

Vem a seguir todo um conjunto de outros componentes do modelo, que podem ser relacionados na seguinte sequência.

1) Introduce-se a distinção entre trabalho e força de trabalho⁵. A força de trabalho é concebida como uma mercadoria cujo valor é “o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.” (*OC I*, p. 245)

5. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Lieblichkeit] na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (*OC I*, p. 242)

2) Além de ser uma mercadoria, a força de trabalho é uma mercadoria muito especial: é a única cujo consumo produz um valor maior que seu próprio. Esse acréscimo é o *mais-valor*.⁶

3) A *taxa de mais-valor* é a razão entre o mais-valor e o valor da força de trabalho usada na produção a mercadoria. Ela é numericamente igual à *taxa de exploração*, definida como a razão entre o *mais-trabalho*, que cria mais-valor, e o *trabalho necessário*, que cria o valor correspondente ao valor da força de trabalho, ambos quantificados em unidades de tempo.⁷

4) Numa empresa capitalista, o *capital constante* é “a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias primas, matérias auxiliares e meios de trabalho.” (*OC I*, p. 286) O *capital variável* é a parte do capital correspondente ao valor da força de trabalho; em termos de dinheiro, ao salário pago aos trabalhadores. Como o trabalho é a única fonte de valor, é apenas o capital variável que gera mais-valor; o capital constante apenas se transfere para as mercadorias produzidas, sem acréscimo em seu valor. A composição orgânica do capital é a relação entre as grandezas das duas partes do capital, e é diferente em diferentes setores da produção.

5) No auto-entendimento do capitalismo, no lugar de ‘mais-valor’, usa-se o termo ‘lucro’ para designar a mesma variável. É natural pensar que essa identidade de referência valha também para as expressões ‘taxa de mais-valor’ e ‘taxa de lucro’. Mas na terminologia marxiana elas designam coisas diferentes. A taxa de mais-valor é a razão entre o mais-valor ou lucro e o capital variável; a taxa de lucro é a razão entre o mais-valor ou lucro e o capital total.

Com base nesses conceitos, podemos agora expor a contradição anunciada. Por um lado, como o trabalho é a única fonte de valor, o mais-valor é proporcional ao capital variável, e conseqüentemente, a taxa de lucro deve variar conforme a

6. No capitalismo, o mais-valor é apropriado pelo capitalista, dono dos meios de produção. Tal apropriação é condenada como ilegítima, como um roubo. O subtítulo d’*O Capital* é ‘Crítica da Economia Política’, mas a obra contém também inúmeras críticas cujo alvo é o próprio sistema capitalista. Entre elas, a mais importante é a referente à apropriação do mais-valor pelos capitalistas, uma vez que incide sobre o cerne, o elemento estruturante do modo de produção capitalista. Do ponto de vista axiológico, a crítica apoia-se no princípio de que um bem, produzido pelo trabalho de uma pessoa, a ela pertence.

7. O termo ‘exploração’, usado para designar essa taxa, é um reflexo da crítica axiológica do sistema capitalista.

composição orgânica do capital: quanto mais alta ela for, isto é, quanto maior for o capital constante em relação ao capital variável, menor a taxa de lucro.

O outro polo da contradição provém não do modelo teórico, mas da realidade para cujo entendimento ele visa contribuir. Consiste na afirmação, unanimemente aceita pelos economistas, inclusive Marx, de que a taxa de lucro tende a ser a mesma em todas as empresas e setores, independentemente da composição orgânica do capital.

A contradição pode ser expressa de várias maneiras. No vol. I d' *O Capital*, lê-se:

Essa lei [segundo a qual “quanto maior o capital variável, tanto maior a massa do valor e do mais-valor produzido”] contradiz flagrantemente toda a experiência baseada na aparência. Qualquer um sabe que um fiador de algodão, que, calculando a porcentagem do capital total aplicado, emprega muito capital constante e pouco capital variável, não embolsa, por causa disso, um lucro ou mais-valor menor do que um padeiro que põe em movimento muito capital variável e pouco capital constante. Para a solução dessa contradição aparente são necessários muitos elos intermediários [...].” (*OC I*, p. 377-78)

No vol. III, a exposição é ainda mais incisiva:

Demonstramos, pois, que em diversos ramos da indústria, em correspondência com a diferente composição orgânica dos capitais, [...] prevalecem taxas desiguais de lucro. [...] O que expusemos vale sobre o que, em geral, serviu até agora de base de nossa investigação: que as mercadorias são vendidas por seus valores. Por outro lado, não resta dúvida de que, na realidade, se prescindirmos de diferenças irrelevantes, acidentais e que se compensam reciprocamente, a diferença entre as taxas médias de lucro nos diversos ramos da indústria não existe nem poderia existir, sem que isso implicasse na abolição de todo o sistema de produção capitalista. *Aqui, portanto, a teoria do valor parece ser incompatível com o movimento real, com os fenômenos efetivos de produção, de modo que se deveria renunciar absolutamente à pretensão de compreender esses últimos.* (*OC III*, p. 188; itálico acrescentado)

A descrição de Böhm-Bawerk é bem mais sintética. Depois de expor os fundamentos do modelo marxista, diz ele:

E neste ponto Marx chega à famosa pedra no caminho de sua teoria, tão difícil de ultrapassar que constituiu o ponto mais controvertido na literatura marxista dos últimos dez anos. Sua teoria exige que capitais de mesma grandeza, mas com diferentes composições orgânicas, apresentem diferentes lucros. O mundo real, entretanto, mostra da maneira mais clara ser governado pela lei segundo a qual capitais de mesma grandeza,

independentemente de possíveis diferenças de composição orgânica, dão origem ao mesmo lucro. (B-B, p. 20)⁸

De que maneira Marx propõe neutralizar a contradição? Como Böhm-Bawerk enfatiza, entre os dois polos Marx opta decididamente pela equalização da taxa de lucro. Para explicar essa tendência em termos de valor, ele é levado a afirmar que algumas mercadorias são vendidas acima, outras abaixo de seu valor. Acima nos setores onde é alta a composição orgânica do capital, abaixo onde é relativamente baixa, de modo a equalizar as taxas de lucro. Mas isso significa, evidentemente, abandonar a Lei do Valor. Em suas palavras:

No primeiro volume afirmou-se, com a máxima ênfase, que todo o valor é baseado no trabalho, e apenas no trabalho, e que os valores das mercadorias são proporcionais ao tempo de trabalho necessário para sua produção. [...] E agora no terceiro volume somos informados, rápida e secamente, que aquilo que, de acordo com o ensinamento do primeiro volume, *deve* ser, não é e nunca pode ser; que as mercadorias individuais trocam-se, e precisam trocar-se entre si numa proporção diferente da do trabalho nelas incorporado, e isso não acidentalmente ou temporariamente, mas necessariamente e permanentemente.

Não consigo evitar; não vejo nisso uma explicação, ou reconciliação de uma contradição, mas a própria contradição, nua e crua. O terceiro volume de Marx contradiz o primeiro. (B-B, p. 29-30; itálico acrescentado)

Pode-se dizer portanto que Marx pula da frigideira e cai no fogo: neutraliza uma contradição às custas de criar outra mais séria.

A história entretanto não termina nesse ponto. Ao que tudo indica, Marx não era insensível a essa segunda contradição. Para haver-se com ela, segundo a análise de Böhm-Bawerk, Marx mobiliza quatro argumentos. O primeiro é o seguinte. Mesmo que

8. Uma apresentação mais extensa encontra-se na Introdução do livro de Böhm-Bawerk: “Marx ensinara em seu primeiro volume [d’*O Capital*] que todo o valor das mercadorias tem como base o trabalho nelas incorporado, e que em virtude dessa “lei do valor” elas devem ser trocadas em proporção com a quantidade de trabalho que contêm; que, além disso, o lucro ou mais-valor proporcionado ao capitalista é fruto da extorsão imposta ao trabalhador; que, entretanto, a quantidade de mais-valor não é proporcional à quantidade total do capital empregado pelo capitalista, mas apenas à quantidade da parte “variável”– isto é, à parte do capital correspondente aos salários – enquanto o “capital constante”, o capital empregado na compra dos meios de produção não acrescenta mais-valor algum. No dia a dia, entretanto, o lucro do capital é proporcional ao capital *total* investido; e em grande medida por causa disso, as mercadorias na verdade não são trocadas em proporção com a quantidade de trabalho nelas incorporada. Aqui portanto, havia uma contradição entre o sistema e os fatos que dificilmente parecia admitir uma explicação satisfatória.” (B-B, p. 4)

as mercadorias sejam individualmente vendidas acima ou abaixo de seus valores, tais flutuações recíprocas cancelam-se mutuamente, e na economia como um todo – isto é, levando em conta todos os setores da produção – o total dos preços das mercadorias é igual à soma de seus valores. (B-B, p. 32) Böhm-Bawerk o refuta mostrando que a alegação final é tautológica: é verdadeira, mas nada acrescenta ao conhecimento. É análoga à afirmação de que no balanço de uma firma, receita e despesa são quantitativamente iguais. Isso acontece porque as duas variáveis são definidas de modo a serem iguais.

De acordo com o segundo argumento, a Lei do Valor governa o movimento dos preços, uma vez que o aumento ou diminuição do tempo empregado na produção das mercadorias faz com que seus preços subam ou caiam, respectivamente. A objeção de Böhm-Bawerk é a de que o argumento demonstra apenas que o tempo de trabalho é *um fator* que pesa na determinação do valor – o que ninguém contesta. A Lei do Valor, por outro lado, tem um conteúdo mais forte: de acordo com ela o tempo de trabalho é o *único fator* determinante do valor. (B-B, p. 32)

Os dois outros argumentos têm uma estrutura mais complexa, envolvem aspectos relativamente mais técnicos, e o mesmo vale para a discussão de Böhm-Bawerk a respeito deles. Seria, por isso, muito difícil resumir aqui satisfatoriamente o debate. Entretanto, para não deixar a questão totalmente em aberto, cabe a seguinte consideração. Os dois argumentos visam preservar de alguma forma a Lei do Valor, mesmo reconhecendo que em certo nível as mercadorias não são trocadas de acordo com seu valores. Isso se faz alegando que, *num nível mais abstrato, em última análise, de forma indireta*, a Lei do Valor mantém sua validade. Tal concessão contudo constitui um recuo, implica um enfraquecimento da teoria, e conseqüentemente uma redução de seu possível poder explicativo. Assim, pode-se concluir que os argumentos, na melhor das hipóteses, preservam a Lei do Valor apenas numa forma atenuada, pagando por isso o preço de uma perda no entendimento proporcionado pela teoria.

Concluindo, vale a pena deixar claro que as críticas apresentadas têm com alvo exclusivamente os fundamentos da teoria marxiana do capitalismo – ou, como no título desta comunicação – a Teoria do Valor Trabalho de Marx. Essas críticas convivem sem problema com o reconhecimento de que em muitas passagens d'*O Capital*, e de outros itens de sua obra monumental, encontram-se contribuições extremamente valiosas, cujo valor independe dos fundamentos de sua teoria econômica. Quero dizer com isso que é

possível colocar em dúvida os fundamentos da teoria econômica de Marx sem questionar sua genialidade, sem adotar uma posição anti-marxista.

São Paulo, abril de 2018

Referências

- BÖHM-BAWERK, EUGEN VON. ‘Zum Abschluss des Marxschen Sytems’. In O. v. Boenigk (org.), *Staatswissenschaftliche Arbeiten: Festgaben für Karl Knies*. Berlim: O. Haering, 1896.
- BÖHM-BAWERK, EUGEN VON. ‘Karl Marx and the close of his system’. In Paul M. Sweezy (org.), *Karl Marx and the close of his system, by Eugen von Böhm-Bawerk & Böhm-Bawerk’s criticism of Marx by Rudolf Hilferding*. Nova York: Augustus M. Kelly, 1949. (Para versão em .pdf disponível na rede, eis o [link](#).)
- MARX, KARL. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, KARL. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.